

HABEAS CORPUS Nº 547.618 - SP (2019/0352269-9)

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
IMPETRANTE : MANOEL CARLOS DE OLIVEIRA
ADVOGADO : MANOEL CARLOS DE OLIVEIRA - SP110448
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ADRIANO FERREIRA DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em benefício de ANDRE ALVES DA SILVA, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 5 (cinco) anos, 7 (sete) meses e 6 (seis) dias de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso na sanção do art. 157, § 2º, incisos I, II e V, do Código Penal, concedido o direito de responder em liberdade.

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a reforma da sentença condenatória. O eg. Tribunal de origem, à unanimidade, negou provimento ao apelo defensivo, determinando o imediato cumprimento da pena, em v. acórdão assim ementado:

"Apelação criminal Roubo triplamente majorado Concurso de pessoas, emprego de arma de fogo e restrição de liberdade das vítimas Sentença condenatória – Pretendida a absolvição por fragilidade probatória ou, subsidiariamente, a desclassificação para o crime de receptação, o afastamento das causas de aumento e o abrandamento do regime prisional Inadmissibilidade Materialidade, autoria e majorantes suficientemente demonstradas Palavras das vítimas e dos policiais de suma importância no esclarecimento dos fatos Condenação bem editada, com base em sólido e convincente acervo probatório Penas e regime escorreitamente fixados. Recurso não provido." (fl. 10).

Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração opostos pela defesa não foram conhecidos, consoante a seguinte ementa:

"Embargos de declaração – Alegada omissão - Inadmissibilidade - Pretendida rediscussão de temas que foram percuientemente analisados no v. acórdão - Recurso que não pode ser manejado como se fosse nova apelação – Ilegítimo e indevido o manejo da presente via recursal para tal fim. Embargos não conhecidos." (fl. 151, grifei).

Daí o presente **mandamus**, no qual alega o impetrante a existência de constrangimento ilegal consubstanciado na determinação do cumprimento da pena antes do trânsito em julgado da condenação.

Alega, nesse sentido, que: *"É de conhecimento nacional que em recente decisão proferida pelo S.T.F. nas ADCs 43, 44 e 54 houve mudança de entendimento da Corte, vedando a execução provisória da reprimenda." (fl. 5).*

Requer, ao final, a concessão da ordem, para que seja o paciente colocado em liberdade, bem como seja tornada sem efeito a certidão do trânsito em julgado da condenação.

A liminar foi indeferida às fls. 38-40 e as informações foram prestadas às fls. 50-112 e às fls. 115-166.

O Ministério Público Federal, às fls. 168-171, manifestou-se pelo não conhecimento do **writ**, ou pela denegação da ordem, em parecer ementado nos seguintes termos:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO, NOS TERMOS DA ORIENTAÇÃO FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE QUE JUSTIFIQUE A CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. ARTIGO 157, PAR. 2º, INCISOS I, II E V DO CÓDIGO PENAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENAÇÃO. EXECUÇÃO DEFINITIVA DA PENA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. INAPLICABILIDADE DO NOVO ENTENDIMENTO DO STF QUE PROÍBE A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA DE FORMA AUTOMÁTICA APÓS ESGOTADA A JURISDIÇÃO DAS

INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS.

PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO
HABEAS CORPUS." (fl. 168)

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, em seu art. 34, XVIII, "b", dispõe que **o relator pode decidir monocraticamente** para *"negar provimento ao recurso ou pedido que for contrário a tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral, a entendimento firmado em incidente de assunção de competência, a súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça ou, ainda, a jurisprudência dominante sobre o tema"*.

Não por outro motivo, a Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça, em 16/3/2016, editou a Súmula n. 568, segundo a qual *"o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema. o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema"*.

Dessarte, passo ao exame das razões veiculadas no **mandamus**.

Alega o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, em razão de a execução da pena do paciente ter sido determinada após o esgotamento das instâncias originárias, antes do trânsito em julgado da condenação.

O habeas corpus não comporta conhecimento.

Ora, o próprio impetrante, que pretende discutir via do presente **mandamus** suposta ilegalidade na determinação de início do cumprimento da pena ao qual o paciente foi condenado, informa que o mandado de prisão foi expedido em 04/12/2017, ocasião em que estava em vigência o entendimento

anterior do Supremo Tribunal Federal, no sentido de ser possível a execução das condenações a partir dos pronunciamentos proferidos em 2ª instância, independentemente da interposição dos recursos de natureza extraordinária, entendimento esse que foi consolidado por meio de seu **Tribunal Pleno**, no julgamento do **HC n. 126.292/SP**, sob relatoria do em. Ministro **Teori Zavascki**.

Tal entendimento, frise-se, foi novamente expressado por ocasião do indeferimento das medidas cautelares nas ADCs n. 43 e 44/STF e, mais uma vez, confirmado pelo **Plenário do Pretório Excelso**, por ocasião do julgamento do ARE n. 964.246, submetido à sistemática da repercussão geral, no qual foi reafirmada a jurisprudência daquela Col. Corte, no sentido de que *"a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau recursal, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal"* (ARE n. 964.246/SP, **Tribunal Pleno**, Rel. Min. **Teori Zavascki**, DJe de 25/11/16).

Com efeito, ressalto ainda que a mudança de entendimento do col. Pretório Excelso, ocorrida por ocasião do julgamento de mérito das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, 44 e 54, em **07/11/2019**, se deu após o trânsito em julgado da condenação do ora paciente, certificada nos autos da ação penal originária, na data de 27/08/2019, consoante informações prestadas pelo d. juízo de primeiro grau, **verbis**:

"O processo tramitou regularmente e, ao final, o paciente foi condenado, por sentença de 23 de março de 2017, às penas de cinco (05) anos, sete (07) meses e seis (06) dias de reclusão, regime inicial fechado e quatorze (14) dias-multa, piso, por infração ao artigo 157, § 2º, incisos I, II e V do Código Penal.

Transitou em julgado para o Ministério Público em 07 de abril de 2017. A defesa interpôs recurso em 28 de abril de 2017.

Por acórdão de 29 de novembro de 2018, negaram provimento ao recurso interposto.

Opostos embargos de declaração contra o acórdão em 11 de dezembro de 2018, sendo rejeitados por acórdão 14 de fevereiro de 2019.

Em 08 de março de 2019, a defesa do paciente interpôs recurso especial. Por decisão de 17 de maio de 2019, o recurso não foi admitido.

Superior Tribunal de Justiça

Interposto agravo em recurso especial, em 27 de maio de 2019, não sendo conhecido, por decisão de 15 de agosto de 2019.

Por decisão de 16 de agosto de 2019, foi determinada a prisão do paciente.

Transitou em julgado para o paciente em 27 de agosto de 2019." (fls. 115-116, grifei).

Destarte, a execução da pena **na hipótese**, consubstancia consectário lógico de **sentença condenatória transitada em julgado**, razão porque não há qualquer interesse de pedir, na matéria em questão, vez que não há se falar em execução provisória da pena.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, incisos XVIII, alínea **a**, e XX, do RISTJ, **não conheço do presente habeas corpus**.

P. e I.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator